

# Estudo Técnico Preliminar 14/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01436.000278/2024-13

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Considerando a proximidade do término da vigência do Contrato cujo objeto é a prestação de serviço de segurança e vigilância no âmbito do Museu da Inconfidência e a essencialidade da continuidade desses serviços, iniciou-se este Estudo Técnico Preliminar para planejamento de contratação que atenda às demandas do museu.

2.2 Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de segurança e vigilância no Museu da Inconfidência, Unidade Vinculada ao ER-MG /ES no estado de Minas Gerais, conforme processo 01436.000278/2024-13.

2.3 Os benefícios diretos que podemos citar incluem a manutenção da segurança do acervo e do patrimônio público sob a guarda da Unidade mencionada, assim como das pessoas que circulam diariamente em seus espaços, melhorando também a estrutura de serviços prestados à comunidade.

2.4 A contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços acima mencionados justifica-se pelo fato de que não existem servidores públicos para o desempenho das funções inerentes ao cargo e tais funções não serem correlatas e nem estarem previstas no Plano Especial de Cargos da Cultura.

2.5 A contratação visa ainda verificar a continuidade e a possibilidade de ampliação dos serviços prestados nas dependências da Unidade Museológica, tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer as atividades-meio e atividades-fim.

2.6 A contratação da prestação de serviços, consoante o Decreto nº 9.507/2018, regulamentado pela Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para execução de atividades acessórias, instrumentais e complementares, constitui-se em uma alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa, como meio de apoio e suporte à consecução das ações finalísticas da Unidade Museológica.

2.7 Além disso, faz-se necessário prover a Unidade com os meios técnicos e operacionais necessários ao desenvolvimento de suas atividades institucionais e a terceirização dos serviços é necessária à realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, em conformidade com a Portaria Ibram nº 2615, de 22 de dezembro de 2023, art. 1º, parágrafo único, inciso XXVII - vigilância armada, desarmada e eletrônica.

2.8 Os servidores em exercício na Unidade estão alocados em atividades que lhes sejam exclusivas, carecendo de mão-de-obra que possa se dedicar ao desempenho de tarefas administrativas acessórias e auxiliares para alcance dos objetivos organizacionais.

2.8.1 Ressalte-se que não se terceirizará as atividades finalísticas e os postos de trabalho contratados não desempenharão as atividades vedadas no Decreto nº 9.507/2018.

2.9 Dentre as necessidades para contratação do serviço, destacam-se: vigiar as dependências da Unidade com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos; zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio; recepcionar e controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizar pessoas, cargas e patrimônio; controlar objetos e cargas; comunicar-se via rádio ou telefone e prestar informações ao público e aos órgãos competentes.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Museu da Inconfidência	Talita de Mendonça Silva
Museu da Inconfidência	Anna Flávia Russo Amorim Pires

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços envolvem a disponibilização de mão-de-obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva, para garantir a proteção, segurança e o zelo pela guarda do patrimônio no Museu da Inconfidência e em seus Anexos I, II e III, conforme processo 01436.000278/2024-13.

4.2 Devido a natureza dos serviços a serem executados, a contratação ocorrerá por meio de postos de trabalho, uma vez que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultado.

4.3 Tendo em vista que o complexo do Museu da Inconfidência é composto por 3 edifícios, sendo eles o edifício Sede e seus Anexos I, II e III - Casa Setecentista do Pilar, e que haverá prestação de serviços de vigilância armada 24h em todos eles, cabe detalhar como se dará a distribuição dos postos.

4.4 O edifício Sede se constitui em um edifício próximo aos Anexos I e II, porém separado por uma via urbana. Dessa forma, prevê-se a manutenção de 2 postos diurnos (1 posicionado na entrada e 1 posicionado na saída de emergência) 1 posto noturno, de forma a evitar trânsito de colaboradores pela via urbana, tendo em vista o que diz o Art. 18 da PORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada:

Art. 18. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados e, nos casos de atuação em eventos sociais, como show, carnaval, futebol e outros, deve se ater ao espaço privado objeto do contrato.

4.5 Os Anexos I e II são edifícios implantados de forma contígua e não há elemento arquitetônico que os separem. Assim, o trânsito dos vigilantes entre os Anexos I e II ocorre pelo interior dos terrenos, que são interligados por um pátio interno. Cabe ressaltar que o acesso ao Anexo I ocorre pela Rua Antônio Pereira, já o Anexo II é acessado a partir do pátio interno do Anexo I, ou seja, considerando a forma de implantação e acesso dos referidos Anexos, 1 posto diurno e 1 posto noturno é o suficiente para atender os dois prédios.

4.6 O Anexo III - Casa Setecentista do Pilar é um prédio separado, localizado em outro endereço, e que deve manter a mesma quantidade de postos existentes atualmente, 1 diurno e 1 noturno.

4.7 Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação vigente.

4.8 O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a lei 14.133/2021 e do Decreto nº 10.024 de 2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

4.9 A prestação do serviço possui natureza continuada, pois os museus não dispõem de servidores para o atendimento desses serviços, visto que não existem esses cargos no quadro de pessoal do Instituto Brasileiro de Museus. Assim, para o preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a terceirização dos serviços de vigilância, contratação autorizada através do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e em conformidade com a Portaria Ibram nº 2615, de 22 de dezembro de 2023.

4.10 O prazo de vigência do contrato deverá ser de cinco (5) anos, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável sucessivamente por até dez (10) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A previsão da possibilidade de prorrogação contratual se justifica em razão de o objeto se enquadrar como serviço de natureza contínua, tendo em vista que compreende a prestação de serviços necessários para o desempenho das atribuições.

4.11 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) aos empregados envolvidos na execução dos serviços, conforme definido no Termo de Referência.

4.12 O Licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.13 A contratada deverá disponibilizar a quantidade necessária de deslocamentos para cada dia trabalhado, devendo esse quantitativo ser considerado quando da cotação do benefício de auxílio transporte (vale transporte). Não há a necessidade de hospedagem.

4.14 O início da execução do objeto ocorrerá mediante a assinatura do contrato.

4.15 O Código Brasileiro da Ocupação de vigilantes e guardas de segurança é o CBO 5173-30, que pertence ao grupo dos trabalhadores nos serviços de proteção e segurança, segundo a tabela CBO divulgada pela Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE - Ministério do Trabalho).

4.15.1 Descrição sumária CBO 5173-30, com adaptações: Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias; controlam objetos e cargas; comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

4.15.2 Atribuições a serem desenvolvidas:

1. Comunicar imediatamente à Administração do museu, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da unidade e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da administração, bem como as que entenderem oportunas;

4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação (prédio Sede do Museu);
6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
7. Comunicar à área de segurança da Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração.
8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais do eventual acontecimento;
9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que antes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da administração, no caso de desobediência;
12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
13. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.
14. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
15. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, de cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
16. Manter-se no posto, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
17. Registrar, diariamente, a frequência e a pontualidade, bem como as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços.
18. Manter o uniforme limpo, impecavelmente apresentável;
19. Garantir e resguardar a integridade física de pessoas, do monumento tombado, instalações, bens móveis, seu acervo museológico e toda a documentação histórica e administrativa que tramita pelo museu;
20. Garantir cumprimento das medidas de segurança quanto à visitação e à utilização da sala de exposições temporárias e demais dependências do museu;
21. Responsabilizar-se, sob supervisão, pelas chaves de todas as dependências de museu;
22. Controlar o fluxo de visitantes, com limite rigoroso de pessoas por vez, evitando a superlotação;
23. Supervisionar as reservas técnicas e mantê-las fechadas evitando a entrada de pessoas não autorizadas;
24. Abrir as portas e as janelas das dependências internas, no horário da manhã, seguindo peculiaridades das influências externas e climáticas, fechá-las após o horário de visitação. As portas devem ser trancadas nas trocas de plantão, depois da conferência do acervo pelo vigilante que está assumindo;
25. Vistoriar sistematicamente todas as salas de exposição, levando ao conhecimento da Administração qualquer anormalidade e anotar no Livro de Ocorrências;

26. Dirigir-se à Administração, diariamente, para ver se precisa confiar-lhe alguma tarefa especial ou instruções;
27. Não utilizar equipamento sonoro ou audiovisual estranho às atividades de rotina;
28. Abrir a porta principal do Museu Sede, sob supervisão, no horário de funcionamento da exposição de longa duração à visitação pública;
29. No horário de atendimento ao público visitante, 01 posto deve manter-se na entrada principal. Não é vedado, devido às características do serviço, o contato verbal com os visitantes, caso necessário;
30. Ao término da visitação, fechar a entrada principal, trancar portas estratégicas, sob supervisão. Após o expediente, trancar janelas de todas as demais dependências do prédio, sob supervisão;
31. Após o horário de funcionamento administrativo, verificar os locais de trabalho dos servidores, para detectar aparelhos ligados nas tomadas ou situações de perigo de incêndio ou danos às instalações, e reportar à Administração acerca do ocorrido;
32. Durante e após o horário de funcionamento administrativo, acompanhar o recebimento de mercadorias e a retirada de acervo ou equipamento, os quais deverão estar precedidos de prévia comunicação da Administração. Caso contrário negar qualquer acesso;
33. Não permitir a entrada de qualquer pessoa no Museu, após o horário de visitação, sem a autorização da Administração;
34. Exigir de servidores e funcionários a apresentação de autorização da Administração, para retirada de qualquer objeto, que estiver sendo levado do Museu, e não puder ser facilmente identificável como de propriedade pessoal, comunicando à Administração, caso surja algum problema, sem que isso cause constrangimentos às pessoas;
35. Não conduzir as chaves do Museu para fora das dependências do prédio;
36. Não utilizar nenhum equipamento ou material do Museu sem a autorização da Administração;
37. Não acessar qualquer documento do Museu sem a autorização da Administração;
38. Atentar a qualquer risco de furto, roubo, danos, incêndios e observar cuidadosamente a proteção do acervo.

#### 4.16 Critérios Ambientais Adotados e Práticas de Sustentabilidade

4.16.1 Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

4.17 Sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, adiciona-se que:

4.17.1 A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.17.2 A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta do Art. 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

4.17.3 A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.17.4 Na definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deverá ser previsto e estimado período adequado, para a orientação e ambientação dos trabalhadores às políticas de responsabilidade socioambiental adotadas, durante toda a vigência do contrato;

4.18 Deve ser incluída nas obrigações da contratada a exigência de comprovação, antes da efetivação da contratação, das seguintes condições:

4.18.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial nº. 2, de 12 de maio de 2011.

4.18.2 Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

4.18.3 Deve constar como obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de serviços comuns, conforme a Lei n.º 14.133/21 e o Decreto n.º 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e qualidade possíveis de serem objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, enquadram-se nos pressupostos da legislação epígrafa, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Museu da Inconfidência, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.2 A prestação do serviço possui natureza continuada, pois a Unidade Museológica não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, visto que essas funções foram extintas.

5.3 Assim, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a terceirização dos serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial Armada, de acordo com previsão no Decreto n.º 10.024/19.

5.4 Foram pesquisadas contratações realizadas por outros órgãos e entidades com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração. Diante do resultado encontrado, e das diferentes soluções existentes no mercado que possam atender à demanda levantada, identificamos modelos de fornecimento, os quais seguem abaixo:

### **5.4.1 Modelos de fornecimento**

5.4.1.1 Os modelos de fornecimento identificados se baseiam nos tipos de vigilância: orgânica, também conhecida como patrimonial, e eletrônica.

5.4.1.2 A vigilância patrimonial se baseia na contratação de postos de serviços, compostos de mão de obra especializada de vigilantes que podem ser contratados na forma de serviços contínuos ou eventuais (spot), com modelos orientados de acordo com as seguintes características: horários de cobertura, ostensividade, acessórios e equipamentos de apoio aos postos de serviços e de proteção individual.

5.4.1.3 A vigilância eletrônica possui modelos de fornecimento orientados pela contratação de bens e serviços na forma de sistemas isolados ou integrados de circuito fechado de TV (CFTV), de controle de acesso e sistemas de sensoramento, detecção e alarmes. Complementa esses modelos a opção de contratação de postos de serviços de vigilantes especializados no monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança.

5.4.1.4 Os mercados de fornecimento se dividem nos seguintes grupos de itens de serviços ou materiais:

5.4.1.4.1 Postos de vigilância – armada e desarmada;

5.4.1.4.2 Aquisição de circuitos fechados de televisão - CFTV;

5.4.1.4.3 Postos de vigilância – monitoramento; e

5.4.1.4.4 Aquisição de controle de acesso.

5.4.1.5 Como podemos perceber inúmeros são os modelos e formas de contratação.

5.4.1.6 Sobre as diferentes modalidades que o mercado oferece para a contratação deste estudo foram realizadas pesquisas no que tange às contratações dos serviços de vigilância promovidas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares que venha a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

5.4.1.7 Para tanto, conforme tabela abaixo, observamos que vários órgãos adotam a mesma modalidade pertinentes ao serviço de vigilância no âmbito da Administração Pública Federal:

Pregão	Órgão	UF	Objeto
78/2023	158146	PI	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, em regime de empreitada global, a serem executados nas dependências do Instituto Federal do Piauí - Campus de São Raimundo Nonato e demais órgãos participantes.
90015 /2024	240106	SP	Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada para as áreas do Observatório Espacial do INPE em São Luis-MA, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
05/2023	200091	PE	Contratação serviços contínuos de Vigilância Patrimonial Armada, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com prestação dos serviços nas unidades do Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco, localizadas nos municípios de Recife (Sede da PRT 6ª Região), Caruaru (PTM Caruaru) e Petrolina (PTM Petrolina).
			Contratação de serviços continuados de vigilância armada e vigilância eletrônica, com fornecimento de material, equipamentos, monitoramento remoto e toda

90007 /2024	158126	RS	manutenção necessária para execução dos serviços a serem prestados ao Câmpus Sapiranga, Câmpus Pelotas e Reitoria do Instituto Federal Sul-rio-grandense.
90010 /2024	183023	DF	O objeto da presente licitação é a prestação do serviço continuado de vigilância e segurança pessoal e patrimonial, armada e desarmada nas dependências do Inmetro, a ser executado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
90006 /2024	158195	PB	Contratação de serviços continuados de vigilância armada, diurna e noturna, para os centros fora de sede da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
02/2023	423034	MG	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial armada e desarmada nas Unidades Vinculadas ao ER-MG/ES no estado de Minas Gerais, a saber: Museu do Ouro/Casa Borba Gato - MDO, Museu do Diamante - MD, Museu Regional de Caeté-MRDC, Museu Regional de São João del-Rei - MRSJDR e Museu Regional Casa dos Ottoni - MRCO, unidades integrantes do Instituto Brasileiro de Museus.

5.4.1.8 Em relação às informações dos dados acima, nota-se que os postos contínuos de vigilância são amplamente praticados para serviços de vigilância patrimonial.

5.4.1.9 Verifica-se que esta é uma solução comum na contratação deste objeto pelos órgãos públicos.

5.4.1.10 Ainda que seja uma solução de baixo custo, a contratação de serviços de vigilância eletrônica a distância, denominado monitoramento remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de pronta resposta, não atenderia a demanda dos museus em sua totalidade, pois a existência de circuito de câmeras não forneceria o serviço de inspeção das dependências das unidades museológicas, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controle do fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; recebimento de visitantes, dentre outros. A equipe de planejamento concluiu que esta solução seria complementar a demanda atual.

5.4.1.11 O Termo Aditivo ao contrato de vigilância armada não é viável, tendo em vista o encerramento do prazo de vigência do contrato mencionado e que já foi solicitada sua prorrogação excepcional.

5.4.1.12 Diante da relevância apresentada das contratações já praticadas nos órgãos públicos, verificamos que a escolha pelos postos de vigilância patrimonial, inclusive solução já praticada no Museu da Inconfidência e também nas Unidades Vinculadas ao ER-MG/ES no estado de Minas Gerais, continua sendo um bom caminho para este serviço.

5.4.1.13 Posto isso, esta equipe opta pela escolha, já praticada neste e em outros órgãos, conforme elucidados nos tópicos acima, pela solução de postos de



trabalho contínuos de vigilância patrimonial como a melhor opção para o objeto deste estudo.

#### **5.4.2 Justificativa para a solução a ser contratada**

5.4.2.1 Conforme já apresentado, a melhor solução para o objeto deste estudo é a solução por Posto de Trabalho e os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos.

5.4.2.2 A vantagem de utilização de postos contínuos de serviços de vigilância armada é a possibilidade de uso de armamento que previne ação de criminosos que temem por revide armado. A única opção legal de uso de armas é pelo sistema de vigilância patrimonial, quando se discute modelos de terceirização dos serviços. Outras formas são o chamamento da polícia militar, civil e federal, contudo, esta não é uma opção de vigilância, mas deve ser utilizada apenas em casos extremos. Assim o mercado é restrito aos formatos de vigilância patrimonial quando se necessita de uso de armas.

### **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial armada no Museu da Inconfidência, com fornecimento de materiais, mão de obra e uniformes e o emprego dos equipamentos necessários a execução dos serviços.

6.2 Os serviços de vigilância e segurança patrimonial a serem autorizados para execução de forma indireta no Museu da Inconfidência, unidade museológica do Ibram, são considerados atividades meio e adequados à contratação, conforme estipula o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal para o atendimento ao público que busca os serviços públicos.

6.3 Após este Estudo Técnico, deve ser confeccionado o Mapa de Riscos da contratação dos serviços a serem executados, de maneira a ponderar e mitigar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão do Contrato, Termo de Referência e Edital juntamente com seus respectivos anexos facilitando a visualização das obrigações implícitas na participação do certame, por parte dos licitantes interessados.

6.4 Após realizada a licitação faz-se necessária a formalização do Contrato.

6.5 Neste sentido, a principal missão das atividades meio e apoio operacional, é garantir a operacionalização integral das atividades de forma contínua, eficiente e confiável. Para atingir esse objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficiência, eficácia e efetividade de suas ações. Entretanto, realocar carreiras específicas para execução de atividades meio de apoio operacional, causa prejuízo no desempenho das atividades técnicas que constituem os objetivos, funções e a missão da instituição, como um todo. A terceirização do referido serviço é o meio mais adequado para atingirmos a meta desejada estabelecida por esta Autarquia nas unidades museológicas, portanto, deste modo, busca-se a forma para o atendimento dos princípios da economicidade e eficiência, bem como um elevado padrão na satisfação do público usuário.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A contratação almeja suprir as demandas do Museu da Inconfidência com recursos humanos, em atividades de vigilância. Trata-se de atividades que influenciam diretamente na execução das funções e ações meio e finalísticas das instituições. A partir dos estudos realizados, estima-se a quantidade de postos a serem contratados conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ATUAL	QUANTIDADE PRETENDIDA	LOCAIS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Vigilante Armado Diurno (Jornada 12x36)	Posto de trabalho	03	04	* Museu da Inconfidência - Praça Tiradentes, 139 - Centro Histórico, Ouro Preto - MG;
2	Vigilante Armado Noturno (Jornada 12x36)		02	03	* Anexos I e II - Rua Antônio Pereira, 33, Centro, Ouro Preto - MG;  * Anexo III - Casa Setecentista do Pilar - Rua do Pilar, 76, Pilar, Ouro Preto - MG

7.2 Tendo em vista que o complexo do Museu da Inconfidência é composto por 3 edifícios, sendo eles o edifício Sede e seus Anexos I, II e III - Casa Setecentista do Pilar, e que há a necessidade de prestação de serviços de vigilância armada 24h nos 3 edifícios, de forma a garantir sua segurança e atender a legislação vigente relativa ao exercício da atividade de vigilância patrimonial, constatou-se que a quantidade de postos contratada atualmente é insuficiente para atender às demandas da unidade museológica.

7.3 Por meio do Contrato Administrativo Nº 2/2023, conta-se hoje com 05 postos, distribuídos da seguinte forma: 03 postos no edifício Sede e Anexos I e II (2 diurnos e 01 noturno) e 02 postos no Anexo III (01 diurno e 01 noturno).

7.4 Identificou-se que os edifícios Sede e Anexos I e II tem sua segurança comprometida no turno da noite, uma vez que há apenas 01 posto noturno para fazer a ronda. Isto demanda que o vigilante noturno se desloque por via urbana (Rua Antônio Pereira) entre os dois edifícios para fazer a ronda, ocasião em que ele sai dos limites dos imóveis vigiados, o que está em desacordo com o que diz o Art. 18 da PORTARIA DG/PF Nº 18.045, DE 17 DE ABRIL DE 2023, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada:

Art. 18. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados e, nos casos de atuação em eventos sociais, como show, carnaval, futebol, deve se ater ao espaço privado objeto do contrato.

7.5 Diante disso, entende-se que é preciso contratar mais 01 posto noturno para atender devidamente a demanda de vigilância patrimonial no edifício Sede e Anexos I e II do MDINC.

7.6 Verificou-se também a necessidade de contratação de mais 01 posto de vigilante diurno para ficar localizado na lateral do prédio Sede, onde fica localizada a saída de emergência do edifício, que deve permanecer desobstruída para permitir o escoamento fácil de todos os ocupantes da edificação, conforme estabelecido na Instrução Técnica n.08 da Diretoria de Atividades Técnicas do

Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Dessa forma, é imprescindível a presença de 01 posto de vigilante diurno na saída de emergência com a finalidade de garantir a segurança de pessoas, do acervo e do patrimônio.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.226.717,04

8.1 Metodologia utilizada

8.1.2 Optou-se por tomar como base a planilha de custos mensal do contrato atual, já com os reajustes da Convenção Coletiva de Trabalho MG000336/2024, vigente de 01/01/2024 a 31/12/2025, de forma a refletir o valor do empregado para os postos diurno e noturno. Na planilha, anexada a este documento, foi encontrado um custo mensal por empregado:

Descrição	Composição da remuneração (salário + adicionais)	Custo mensal estimado por empregado (CCT 2024/2025)
Vigilante Diurno	2.972,42	6.843,14
Vigilante Noturno	3.540,38	7.913,55

8.1.3 A partir desta estimativa calculamos o custo mensal do contrato para o exercício financeiro 2025, levando em consideração o quantitativo de postos previsto, conforme tabela abaixo:

Cargo Vigilante	R\$ atual empregado CCT 2022	Qtd. de Postos	Qtd. de Empregados	Total Mensal	Total Anual
Diurno	6.843,14	4	8	54.745,12	656.941,44
Noturno	7.913,55	3	6	47.481,30	569.775,60
TOTAL GERAL				102.226,42	1.226.717,04

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Seguindo o disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/21, entende-se não ser viável o parcelamento do objeto, tendo em vista que trata-se de serviço que envolve solução unificada de segurança, de forma que o parcelamento apresenta risco para o conjunto do objeto pretendido.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se faz necessária a realização de contratações adicionais, correlatas e/ou interdependentes, para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente contratação tem como objetivo suprir o desenvolvimento das atividades de apoio ao cumprimento da missão institucional do Ibram, como assegurar a continuidade da prestação dos serviços do Museu da Inconfidência.

11.2 A contratação está alinhada com o Programa de Gestão de Pessoas do Plano Museológico do Museu da Inconfidência, bem como o Mapa Estratégico do Ibram.

11.3 A contratação foi devidamente cadastrada e aprovada no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC 2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 Proporcionar a segurança das instalações, com vistas à proteção contra eventualidades como depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio;

12.2 Controlar a circulação de bens, próprios e de terceiros, o remanejamento entre as unidades, assim como o acompanhamento das saídas e entradas de bens permanentes e de consumo no prédio;

12.3 Garantir a integridade de materiais, equipamentos, instalações, veículos e unidades móveis, além de controlar a circulação interna de visitantes, prestadores de serviços e servidores;

12.4 Preservar o bem-estar físico dos servidores e colaboradores em desempenho de suas atividades quando presentes na unidade;

12.5 Por fim, promover a continuidade dos serviços de vigilância prestados nas dependências da Unidade Museológica, fornecendo segurança e garantindo a otimização e adequação da força de trabalho dos servidores e demais colaboradores em suas atribuições finalísticas na instituição.

12.6 A terceirização dos serviços em tela também trazem os seguintes benefícios:

12.6.1 Economicidade: A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, poderá ser pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo.

12.6.2 Eficácia: Contribui na melhoria da qualidade dos serviços bem como zelar e guardar o patrimônio das unidades.

12.6.3 Eficiência: Um processo bem planejado proporcionará um bom fornecimento de serviço de segurança e vigilância contribuindo para uma maior qualidade dos serviços e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis com a seleção do fornecedor com melhor preço.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Não haverá necessidade de providências para início da prestação dos serviços pela empresa a ser contratada quanto a adequação do ambiente ou adaptação da estrutura já existente.

13.2 Será necessário a designação formal pelas autoridades competentes do gestor da execução contratual e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, se for o caso, e seus substitutos.

13.3 O contrato será administrado pelo setor competente da unidade contratante.

13.4 Quanto ao ambiente físico, não há nenhuma necessidade de adequações para início das atividades desta tipologia de serviços.

13.5 Será necessário que a contratada promova a transição contratual com o recebimento e entrega do posto, tendo em vista o serviço pleiteado e por tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, no início e fim do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

14.2. Embora a contratação em si não acarrete impacto ambiental, objetiva a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que os requisitos da contratação foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação na forma identificada neste instrumento.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA IBRAM Nº 3153, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024

**TALITA DE MENDONCA SILVA**

TAC - Biblioteconomia



Assinou eletronicamente em 24/06/2025 às 11:15:56.

Despacho: PORTARIA IBRAM Nº 3153, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024

**ANNA FLAVIA RUSSO AMORIM PIRES**

Agente Administrativo



*Assinou eletronicamente em 24/06/2025 às 11:32:24.*